

DIREITO PENAL

190

Questões

Comentadas

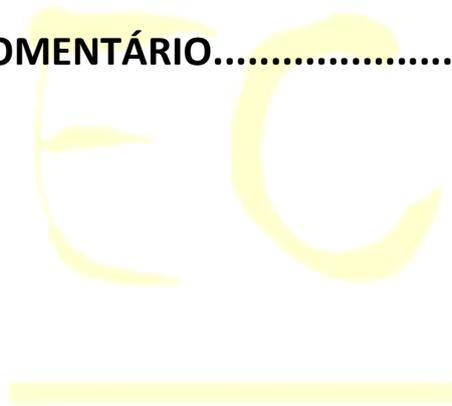
EC

EXPRESSO CONCURSO

DIREITO PENAL

EXERCÍCIOS COM COMENTÁRIO.....PÁG 01 a 109

EXERCÍCIOS SEM COMENTÁRIO.....PÁG 110 a 172



EXPRESSO CONCURSO

Instagram: @expresso_concurso

01. Do ponto de vista legislativo, constitui espécie de crime contra a vida:

- A) lesão corporal seguida de morte;
- B) abandono de recém-nascido com resultado morte;
- C) maus-tratos com resultado morte;
- D) instigação, auxílio ou induzimento à automutilação;
- E) tortura com resultado morte.

COMENTÁRIOS: Gabarito letra D

Nesse caso, dentre os trazidos, apenas o crime de instigação, auxílio ou induzimento à automutilação é crime contra a vida, previsto no art. 122 do CP. Os demais não são crimes previstos nos arts. 121 a 128 do CP.

02. No dia 01/03/2014, Vitor, 60 anos, desferiu um golpe de faca no peito de sua namorada Clara, 65 anos, que foi a causa eficiente de sua morte, pois descobrira que a vítima mantinha uma relação extraconjugal com o vizinho. Foi instaurado inquérito policial para apurar o evento, entrando em vigor, no curso das investigações, a Lei nº13.104/2015, passando a prever a qualificadora do feminicídio. As investigações somente foram concluídas em 25/01/2021. Considerando apenas as informações expostas, a autoridade policial deverá indiciar Vitor pela prática do crime de homicídio:

- A) com causa de aumento de pena, sem a qualificadora pela condição de mulher da vítima;
- B) sem qualquer causa de aumento de pena e sem a qualificadora pela condição de mulher da vítima;
- C) com a qualificadora pela condição de mulher da vítima, bem como causa de aumento de pena;
- D) com a qualificadora pela condição de mulher da vítima, sem qualquer causa de aumento de pena;
- E) com a qualificadora pela condição de mulher da vítima, além de causa de diminuição de pena pelo relevante valor moral

COMENTÁRIOS: Gabarito letra A

Nesse caso, como a lei penal não pode retroagir para prejudicar o réu, não será aplicada a qualificadora relativa ao feminicídio. Todavia, como a vítima tinha mais de 60 anos, será aplicada a majorante prevista no art. 121, §4º do CP:

Art. 121 (...) § 4º No homicídio culposo, a pena é aumentada de 1/3 (um terço), se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, ou se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima, não procura diminuir as conseqüências do seu ato, ou foge para evitar prisão em flagrante. Sendo doloso o homicídio, a pena é aumentada de

96. Renan convence Patrick a furtarem bens de uma residência, que estava desabitada. No dia seguinte, o dono da casa, João, 51 anos, toma conhecimento do ocorrido e aciona a polícia, que, após investigação, identifica Renan e Patrick, apurando no curso do inquérito que Renan sabia que o imóvel era de seu pai adotivo, o que Patrick desconhecia.

Com base nessas informações, as condutas de Renan e Patrick podem ser assim tipificadas:

- A) nenhum dos dois responderá por furto qualificado, considerando que foi praticado contra ascendente de Renan e que tal circunstância se comunica objetivamente a Patrick;
- B) o fato praticado por Renan é atípico, pois a vítima era seu ascendente, enquanto Patrick responderá por furto simples, pois a circunstância tem natureza subjetiva;
- C) os dois poderão ser condenados por furto qualificado, pois o desconhecimento de Patrick quanto à condição do lesado afasta a relevância desta circunstância para ambos;
- D) ambos responderão por furto qualificado, pois a circunstância especial somente incidiria caso Renan possuísse parentesco sanguíneo com a vítima;
- E) Renan estará isento de pena, enquanto Patrick responderá por furto qualificado, pois a condição de descendente de Renan possui natureza subjetiva e não se comunica a Patrick.

COMENTÁRIOS: Gabarito letra E

Nesse caso, Renan estará isento de pena, por ter praticado crime patrimonial (sem violência ou grave ameaça à pessoa) contra ascendente, na forma do art. 181, II do CP. Patrick, porém, responderá por furto qualificado, pois a condição de descendente de Renan possui natureza subjetiva e não se comunica a Patrick, inclusive por conta do que prevê o art. 183, II do CP.

97. Durante evento na loja de uma operadora de telefonia móvel, Tereza, aproveitando-se da distração dos funcionários, subtraiu para si um aparelho celular. Ao chegar em casa, sua mãe descobriu o fato e a convenceu a comparecer à delegacia para devolver o aparelho subtraído, o que foi por ela feito no dia seguinte.

Diante dos fatos narrados, a conduta de Tereza configura:

- A) furto na forma tentada, pois houve arrependimento eficaz;
- B) furto na forma tentada, pois houve desistência voluntária;
- C) atipicidade, em razão do arrependimento eficaz;
- D) furto na forma consumada, com a causa de diminuição pelo arrependimento posterior;
- E) furto na forma consumada, sem causa de diminuição de pena, pois a restituição da coisa não se deu de maneira espontânea.

Instagram: @expresso_concurso

167. Um funcionário do setor de cobrança de tributos, diante de situação financeira difícil, atende pedido do contribuinte, e, em vez de lançar o tributo para a cobrança, protela o ato por 90 dias após, a fim de que o contribuinte possa posteriormente tentar um parcelamento do tributo. Por essa conduta, poderá responder pelo crime de

- a) inserção de dados falsos em sistema de informações.
- b) prevaricação.
- c) corrupção passiva.
- d) tráfico de influência.
- e) advocacia administrativa.

COMENTÁRIOS: Gabarito letra C

O agente, aqui, praticou o delito de corrupção passiva, em sua forma privilegiada, nos termos do art. 317, §2º do CP, pois praticou a conduta atendendo a pedido do contribuinte.

168. Um contribuinte foi até o balcão de atendimento do setor fiscal e apresentou documento para a comprovação de quitação do tributo. Todavia, faltou com o respeito contra o funcionário autorizado para o registro no sistema. O funcionário, diante da ofensa, alterou os dados inseridos para que constasse pagamento parcial e não total do tributo. Com isso, o contribuinte foi acionado judicialmente para pagamento do tributo que já tinha quitado. A conduta do funcionário está inserida no crime de

- a) prevaricação.
- b) modificação não autorizada de sistema de informações.
- c) sonegação de documento
- d) falsidade ideológica.
- e) inserção de dados falsos em sistema de informações.

COMENTÁRIOS: Gabarito letra E

O funcionário praticou o delito de inserção de dados falsos em sistema de informações, previsto no art. 313- A do CP. Vejamos:

Inserção de dados falsos em sistema de informações (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Art. 313-A. Inserir ou facilitar, o funcionário autorizado, a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano: (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000))

DIREITO PENAL

190

Questões

sem *Comentários*

EC

EXPRESSO CONCURSO

Instagram: @expresso_concurso

01. Do ponto de vista legislativo, constitui espécie de crime contra a vida:

- A) lesão corporal seguida de morte;
- B) abandono de recém-nascido com resultado morte;
- C) maus-tratos com resultado morte;
- D) instigação, auxílio ou induzimento à automutilação;
- E) tortura com resultado morte.

02. No dia 01/03/2014, Vitor, 60 anos, desferiu um golpe de faca no peito de sua namorada Clara, 65 anos, que foi a causa eficiente de sua morte, pois descobrira que a vítima mantinha uma relação extraconjugal com o vizinho. Foi instaurado inquérito policial para apurar o evento, entrando em vigor, no curso das investigações, a Lei nº 13.104/2015, passando a prever a qualificadora do feminicídio. As investigações somente foram concluídas em 25/01/2021. Considerando apenas as informações expostas, a autoridade policial deverá indiciar Vitor pela prática do crime de homicídio:

- A) com causa de aumento de pena, sem a qualificadora pela condição de mulher da vítima;
- B) sem qualquer causa de aumento de pena e sem a qualificadora pela condição de mulher da vítima;
- C) com a qualificadora pela condição de mulher da vítima, bem como causa de aumento de pena;
- D) com a qualificadora pela condição de mulher da vítima, sem qualquer causa de aumento de pena;
- E) com a qualificadora pela condição de mulher da vítima, além de causa de diminuição de pena pelo relevante valor moral

03. Saulo se desentendeu, na fila do caixa de um supermercado, com outra consumidora, Viviane, que estava no 8º mês de gestação, e lhe desferiu um fortíssimo soco no rosto. Em razão do golpe, Viviane perdeu o equilíbrio e caiu com a barriga no chão. Ao ser levada ao hospital, foi constatado que Viviane apresentava lesão leve na face, mas que havia perdido o bebê em decorrência da queda.

Considerando o estado gravídico evidente de Viviane, a conduta praticada por Saulo configura o crime de:

- A) lesão corporal seguida de morte;
- B) lesão corporal qualificada pelo aborto;
- C) aborto na modalidade dolo eventual, apenas;
- D) aborto culposo, ficando a lesão corporal absorvida;
- E) lesão corporal leve em concurso formal com aborto na forma culposa.

146. Tomando como ponto de partida os crimes praticados pelo funcionário público contra a administração em geral, assinale a alternativa correta.

I. O crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas consiste no desvio de destinação da verba pública para outra finalidade que não a especificada em lei.

II. O funcionário público que intencionalmente inutilizar a página de um processo na qual havia uma cota do representante do Ministério Público pratica crime punido com pena de reclusão.

III. A exigência de vantagem indevida, em razão da função pública, caracteriza o crime de concussão.

A) Somente a afirmativa II está correta.

B) Somente a afirmativa III está correta.

C) Somente as afirmativas I e III estão corretas.

D) Somente as afirmativas II e III estão corretas.

E) Todas as afirmativas estão corretas.

147. Para que o crime de prevaricação em umas das suas formas legais reste configurado, é preciso que o funcionário público

A) retarde a execução de um ato de ofício com a finalidade de obter vantagem financeira para si ou para outrem.

B) retarde a execução de um ato de ofício com a finalidade de obter vantagem patrimonial ou pessoal.

C) deixe de praticar ato de ofício para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

D) deixe de praticar ato de ofício, sem qualquer finalidade especial.

E) retarde a execução de um ato de ofício, sem qualquer finalidade especial.

148. Condescendência criminosa

A) é um crime que o funcionário público pratica motivado pela indulgência.

B) é uma modalidade criminosa para a qual é previsto expressamente o chamado perdão judicial, ou seja, o juiz deverá, ao analisar o caso concreto, deixar de aplicar a pena caso entenda ser ela desnecessária para a punição do delito.

C) é um crime que pode ser praticado por qualquer pessoa e que tem pena de reclusão de um a três anos.

D) era a conduta típica prevista no art. 320 do Código Penal, que recentemente foi revogado.

E) é uma conduta que não tipifica crime previsto no Código Penal.

71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
C	D	D	D	E	E	A	D	D	A

81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
A	D	D	C	A	C	B	A	D	B

91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
E	C	D	B	C	E	D	B	D	E

101	102	103	104	105	106	107	108	109	110
B	A	D	E	A	D	B	D	A	C

111	112	113	114	115	116	117	118	119	120
E	C	A	A	C	E	B	B	B	D

121	122	123	124	125	126	127	128	129	130
A	A	C	B	A	C	A	C	D	D

131	132	133	134	135	136	137	138	139	140
C	B	E	D	B	A	B	B	D	A

141	142	143	144	145	146	147	148	149	150
B	A	C	C	D	E	C	A	B	B

151	152	153	154	155	156	157	158	159	160
E	E	B	D	A	B	B	B	B	C

161	162	163	164	165	166	167	168	169	170
C	E	D	B	A	C	C	E	A	A

171	172	173	174	175	176	177	178	179	180
A	E	D	A	C	C	C	D	A	C

181	182	183	184	185	186	187	188	189	190
E	A	B	B	E	D	E	B	D	A